

Em maio de 2024, o Rio Grande do Sul foi alvo de intensas catástrofes ambientais derivadas do aquecimento global, nas quais inúmeras famílias, especialmente as mais vulneráveis socioeconomicamente, foram desabrigadas. As mudanças climáticas decorrentes do aquecimento global caracterizam-se como sendo as principais causas de tais problemáticas, que atingem a parcela mais desfavorecida da sociedade. Dessa forma, nota-se que a negligência das indústrias em reduzir a emissão de CO<sub>2</sub> e o descaso governamental em buscar conter os impactos de possíveis fenômenos naturais extremos são fatores que acarretam no agravamento da situação observada.

Em primeira análise, cabe destacar a negligência das indústrias em reduzir a emissão de gases de efeito estufa. Tais estabelecimentos são os maiores responsáveis por liberar CO<sub>2</sub> na atmosfera, gás que é extremamente poluente e contribui para a intensificação do efeito estufa. Entretanto, não têm sido observadas mudanças significativas nas empresas com o objetivo de reduzir os impactos gerados ao meio ambiente. Logo, observa-se a necessidade de reivindicar alterações nesse setor.

Ademais, o descaso governamental em procurar deter possíveis acidentes também apresenta-se como um risco no cenário destacado. Segundo especialistas hidráulicos, o sistema de prevenção de enchentes em Porto Alegre foi incapaz de conter os estragos, pois não vinha tendo sua manutenção assegurada há décadas. De modo análogo, foi atestado que a empresa que teve sua barragem destruída em Brumadinho no ano de 2019 contava com inúmeras irregularidades, sem conter, no entanto, qualquer intervenção ou restrição estatal. Portanto, conclui-se que o descaso das autoridades em tais situações é, no mínimo, responsável por fazer com que as consequências dos desastres ambientais sejam drásticas para as populações ao seu entorno.

Assim sendo, o desenvolvimento de uma intervenção torna-se imprescindível. Logo, cabe ao Governo Federal - órgão de maior relevância nacional - garantir que a manutenção de sistemas de prevenção de desastres naturais e de construções de risco ocorra anualmente, por meio da cobrança aos governadores, visando amenizar os impactos das mudanças climáticas. Também, é papel dos governantes multar as indústrias que não diminuam a emissão de CO<sub>2</sub>, objetivando extinguir a problemática.

---

### O país tropical pede ajuda

O sociólogo Durkheim postulou o termo “anomalia social” para referir ao estado de caos na sociedade, o qual se aplica à questão de desenvolvimento sustentável, especialmente no Brasil. O país, rico em biodiversidade, é muitas vezes afetado pelo descuido e pelas ações intencionais realizadas de modo antrópico, resultando na perda de vida animal, vegetal e até mesmo humana.

Segundo dados da Governo, 12% da água doce do mundo se localiza em território nacional. As grandiosas paisagens urbanas que compõem o cenário brasileiro são resultados da exploração desenfreada, que apesar de ser necessária para a formação de um núcleo moderno e atualizado, saem do controle e tornam o ambiente mais uma vez, vítima de exploração.

De acordo com o IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), o Brasil é protagonista mundial na economia de baixo carbono, dado este que coloca o país em destaque nas convenções internacionais. Porém, reconhecer as fraquezas e atividades inadequadas para que ocorra o desenvolvimento e a manutenção do ecossistema brasileiro são o início de um processo de criação social sustentável.

Com isso, é necessário que haja uma conscientização sobre a constituição do ecossistema por meio de projetos em escolas, como palestras e panfletos produzidos pelo Ministério do Meio Ambiente. Além disso, a atuação do órgão em fiscalizações ativas e eficazes faz com que se crie uma sociedade preocupada em manter a natureza e o ecossistema de um país que, segundo a canção de Jorge Bem Jor, é “abençoado por Deus e bonito por natureza”.